



Público

12-05-2015

Periodicidade: Diário

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 51453

Temática: Política

Dimensão: 541

Imagem: S/Cor

Página (s): 21

Passos defende “política de imigração mais aberta”

Maria João Lopes

O primeiro-ministro português defendeu ontem que uma política de imigração mais aberta é justa não só do ponto de vista “moral” como também pode trazer “benefícios económicos e sociais de médio prazo” para os países que a adoptarem. Passos Coelho, que falava no encerramento da cimeira de presidentes da Assembleia Parlamentar da União para o Mediterrâneo, em Lisboa, admitiu que “é uma matéria complexa” e sublinhou a necessidade de um debate “sério” sobre o tema.

“É importante termos, em cada um dos nossos países, um debate sério e aprofundado sobre a política de imigração que queremos. É sabido que esta é uma matéria complexa, muitas vezes com custos políticos e financeiros de curto prazo nos países de destino”, começou por dizer Passos Coelho. Mas ressaltou logo de seguida: “Enfrentamos hoje, na União Europeia, um contexto político e económico que limita as nossas escolhas. Estamos a sair de uma grave crise, que atingiu muito em particular países como Portugal. Assistimos à subida de partidos com uma agenda e uma retórica populista e anacrónica. Mas é importante termos igualmente presente a justiça moral inerente a uma política de imigração mais aberta e os benefícios económicos e sociais de médio prazo que dela podem resultar.”

Para o chefe do executivo, “uma política de imigração mais positiva, mais coerente” só faz sentido “a nível europeu e em cooperação com os países de origem”. Passos espera, por isso, que a Agenda Europeia para as Migrações, que a Comissão Europeia irá apresentar, introduza o debate e que, “nos mecanismos multilaterais de cooperação entre Norte e Sul do Mediterrâneo”, se procurem “soluções comuns”.

Para o primeiro-ministro, “a Europa não deve tratar as relações com os seus vizinhos como relações que só interessam a um certo número de Estados-membros”: “É uma visão redutora e que não corresponde aos nossos interesses, nem como Estados individuais, nem como Estados

parte de um projecto político mais abrangente como é a União Europeia”, disse o chefe do executivo, para quem “as tragédias que se têm repetido no Mediterrâneo são profundamente revoltantes e merecem a mais séria reflexão e acção” dos países de destino, de origem e de trânsito.

“Sabemos as circunstâncias que rodeiam a forma como muitas destas pessoas procuram chegar à Europa. Não podemos criticar a sua vontade de arriscar a vida por um futuro melhor. Mas não podemos permitir que esse meritório interesse seja cruelmente explorado por redes terroristas. E essa não é uma responsabilidade apenas dos países europeus, como países de destino, sendo, antes, uma responsabilidade conjunta de todos”, afirmou, defendendo que “o combate à imigração ilegal, enquanto crime de tráfico de seres humanos, é um dever de todos” e “uma obrigação moral que vai além de qualquer discussão política”.

Falta de solidariedade

Apesar de os jornalistas não terem podido assistir à abertura da sessão, a cargo da presidente da Assembleia da República, o discurso de Assunção Esteves foi facultado à comunicação social. Nele considera-se, em relação às tragédias no Mediterrâneo, que “as soluções tardam ou são insuficientes” e que a União Europeia “nunca harmonizou as políticas de imigração”: “Não há vontade nem solidariedade, nem mesmo consciência do interesse próprio, pois que a imigração é um elemento essencial ao equilíbrio sistémico da União Europeia. A imigração, na verdade, nunca foi tomada a sério, nem como princípio nem como interesse.”

Na cimeira foi aprovado o documento com recomendações ao Conselho Europeu, à Comissão Europeia e aos governos. Segundo Assunção Esteves, as medidas abrangem, entre outras, a criação de mais corredores humanitários, novos canais de imigração “segura e legal”, e também, por exemplo, a diminuição da taxa sobre as remessas dos imigrantes para os países de origem.